

54º CONAD

Docentes discutem rumos do movimento

O 54º CONAD, realizado no período de 16 a 19/07, na cidade de Curitiba/PR, reafirmou a luta dos docentes em defesa da Educação Pública de Qualidade Socialmente Referenciada e atualizou o Plano de Lutas da categoria.

O encontro deixou claro a necessidade de ampliação da luta, buscando a união dos trabalhadores para enfrentar a crise, defender a educação pública e os direitos sociais.

Um dos destaques

do CONAD foi a realização do seminário “Construindo uma Nova Organização Classista para a Luta dos Trabalhadores”, em que se discutiu a construção de uma nova entidade sindical, que seja autônoma e independente em relação ao Estado, aos patrões, às instituições e aos partidos políticos; contrária à cobrança de qualquer taxa compulsória, capaz de unificar e fortalecer as lutas do campo sindical e popular.



Foto ANDES

**Encontro reafirma
defesa do Regime DE, págs. 6 e 7**

Docentes em votação no 54º CONAD

Portaria Professor Equivalente

Discussão aligeirada na UFJF pode comprometer ensino, pesquisa e extensão, pág. 2

Regional Leste em JF

Professor Zago discutiu luta sindical, pág. 5

Setor das IFES

Docentes indicam dia de paralisação
Confira o calendário de mobilização, pág. 4

Artigo

Reformas Educacionais na Globalização, pág. 8

Veja ainda

UFJF

Professores
preparam pauta local
de reivindicações,
pág 3

Editorial

Há 31 anos, um grupo de aproximadamente 20 professores fundava o que hoje é a Associação de Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora, a APES/JF. Ainda sob o governo autoritário no estertor final dos anos de chumbo do governo militar, a liderança exercida por esses companheiros expressava a mobilização dos professores da UFJF, juntamente com professores de outras universidades do país, públicas e privadas, em torno da defesa de suas condições de vida e de trabalho, da Universidade Pública e de um Brasil livre e democrático. Mas o significado da APES/JF não parava por aí.

As ilusões propaladas, como as que diziam ser necessário fazer crescer o bolo para depois reparti-lo, tinham se esvaído com a drástica concentração de riqueza vivenciada na sociedade brasileira e com o atrelamento definitivo dos interesses da burguesia nacional aos interesses do capital monopolista.

A fundação da APES/JF, resultado da forte mobilização de seus professores, alinhou-se, pois, em torno das bandeiras de reconstrução da nação brasileira após tantos anos de regime antidemocrático e cruel. Sempre em articulação com os trabalhadores e trabalhadoras de todo o país que intensificaram suas lutas, buscando denunciar as arbitrariedades de um regime de exceção, superar as desigualdades sociais e construir um projeto democrático e popular.

No transcorrer desses 31 anos, foram inúmeras as lutas, com muitos desafios, conquistas diversas e a mesma utopia: ver a universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada cada vez mais comprometida com os interesses e expectativas das classes subalternizadas. Defender esses interesses e expectativas tinha como objetivo fortalecer a perspectiva de uma nação autônoma e soberana em que o desenvolvimento científico e tecnológico estivesse articulado ao aprofundamento da democratização, da igualdade, da justiça.

Não obstante o imenso avanço obtido com a conquista de uma nova Constituição mais abrangente no seu alcance social, com o avanço da participação popular na construção da democracia brasileira, as dificuldades permaneceram em todas as dimensões da vida social e também na universidade. A acumulação capitalista intensificou a exploração sobre a imensa população trabalhadora de todo o mundo, obrigando-a a conviver com o infortúnio do desemprego e de condições precárias no atendimento de seus direitos sociais, principalmente educação e saúde que ainda deixam muito a desejar. A submissão aos interesses capitalistas rompeu com a autonomia e a soberania das nações tanto em termos econômicos quanto políticos, o que prejudicou o processo de democratização de países como o Brasil já que não seria possível implantar um projeto societário pautado na ampliação da participação, da solidariedade, do direito. Esse processo tem consequências no âmbito da universidade e, especificamente, de seus professores. Mas, o que seria da universidade e dos professores sem a conduta transparente e convicta do movimento docente do qual é parte a APES/JF e tantas outras seções sindicais do ANDES-SN?

Reverenciar esse passado de lutas e conquistas é importante. No entanto, isto não resolve os desafios que temos nos tempos presentes: enfrentar as ações políticas do governo que ferem a liberdade e autonomia sindical, enfrentar uma universidade cada vez mais descaracterizada no seu aspecto público pela sanha dos interesses privatizantes incluídos nas chamadas parcerias público-privadas, nas ditas "organizações sociais", na proeminência das fundações privadas, ditas de apoio, na introdução de processos avaliativos descompassados com a real situação da universidade, nas propostas de desmontagem da Dedicção Exclusiva, na introdução de parâmetro produtivistas, de competitividade, de meritocracia burocrática, e no desmonte da carreira, descaracterizada e aviltada pelas sucessivas alterações sem ouvir os principais interessados, organizados no seu sindicato.

É preciso, pois, valorizar esses 31 anos de luta. Que sejam a nossa referência e exemplo para enfrentar os atuais desafios. A APES/JF sempre se manterá na luta pela dignidade do trabalho docente, entendendo-o como a pedra angular de uma universidade democrática e voltada para os interesses populares. E sempre em defesa de uma sociedade justa, humana e democrática de todos os brasileiros.

Parabéns professores e professoras porque a sua entidade continua viva!

A Diretoria

Professor Equivalente

Discussão aligeirada na UFJF pode comprometer ensino, pesquisa e extensão

Uma vez mais, presenciamos na UFJF um processo de discussão aligeirado, atropelado, por isso mesmo, antidemocrático - ao tratar de importantes decisões que afetam em profundidade a instituição. A bola da vez é a questão do Professor Equivalente, em que a comunidade acadêmica teve poucos dias para debater a proposta de regulamentação interna da Portaria Interministerial nº 22 do MEC/MPOG, datada de abril de 2007.

Somente em meados de 2008, a UFJF reuniu uma comissão para estabelecer os parâmetros de contratações de novos professores a partir de seu Banco de Professor-Equivalente. Foi elaborada uma proposta inicial e foram realizadas reuniões com diretores de unidades no início de 2009 com o objetivo de identificar as demandas existentes. A proposta finalizada pela comissão foi discutida no Conselho Universitário de 31/08/09, que remeteu a discussão para o conjunto da comunidade universitária. Entretanto, a administração superior da UFJF não permitiu o aprofundamento da discussão na universidade, pois indicou a deliberação sobre a matéria imediatamente, na reunião do Conselho Superior que se seguiu a da apresentação da proposta (o ponto foi retirado da pauta desta reunião, mas será votado logo).

O Banco de Professor-Equivalente foi constituído a partir da Portaria Interministerial nº 22, "como instrumento de gestão administrativa de pessoal" de cada universidade federal. O "banco" foi construído segundo os dados do SIAPE em 31/12/2006. Para compor o banco, foi atribuído a cada docente em exercício, um peso diferenciado, segundo seu regime de trabalho, incluindo os substitutos. É por meio do "manuseio" desses valores que as contratações poderão ser feitas pelas instituições.

Segundo a "proposta" da Comissão interna constituída para este fim, cada departamento teria direito a um certo número de contratações tendo por base o número de horas-aula média em sua grade. A distribuição das vagas ficaria a cargo dos Conselhos de Unidade Acadêmica. A fórmula apresentada precisa ser discutida em profundidade, pois criaram-se critérios para distribuição de vagas na UFJF que não valorizam, e até desconsideram, as especificidades dos projetos pedagógicos de diferentes unidades acadêmicas. Deve-se questionar também o fato de ser reservado um quantum de vagas para a PRORH, que suprime das unidades o direito de repor suas vagas docentes, na linha do que apontava a Portaria nº 22.

Por último, diante da proposta apresentada, é preocupante a perspectiva das unidades acadêmicas recorrerem ao regime de 20 hs, como forma de suprir as vagas docentes. Há muito tempo o ANDES/SN e a APES defendem o regime de dedicação exclusiva como indispensável ao padrão unitário de qualidade para a universidade brasileira, baseado no tripé: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.

Expediente

Travessia é uma publicação mensal da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora - APESJF/SSind.

Prof^o. Dálvio Dias - Faculdade de Economia e Administração -
 Prof^a. Ana Livia de Souza Coimbra - Faculdade de Serviço Social
 Prof^o. Márcio Antônio de Oliveira - Aposentado
 Prof^a. Alice Monteiro Mayer - Faculdade de Educação Física
 Prof^a. Roselene Perlatto Bom Jardim - ICH
 Prof^o. Rubens Luiz Rodrigues - Faculdade de Educação
 Prof^a. Maria de Fátima G.M.K. Patrício - C.A. João XXIII

Presidente
 Vice-Presidente
 Secretário Geral
 1^a Secretária
 2^a Secretária
 1^o Tesoureiro
 2^o Tesoureiro

Redação e diagramação: Daniel Goulart / e projeto gráfico: Luiz Felipe Falcão /
 Jornalista responsável: Daniel Goulart - Reg. 6083 DRT MG / Tiragem 1000 exemplares
 / Campus da UFJF, bairro Martelos, CEP 36036-900 Tel/Fax: (32) 3215-1286 /

Na UFJF

Docentes elaboram pauta local de reivindicações

Uma pauta local de reivindicações está sendo construída pelos docentes na UFJF. Uma comissão está se reunindo na APESJF com o objetivo dar início ao processo, mobilizando as discussões que devem ser remetidas a todos os espaços democráticos da UFJF para recolher as demandas do corpo docente e finalmente ser debatida e aprovada em assembléia geral.

A pauta local se constitui num conjunto de reivindicações feitas pelos professores

visando a melhoria das condições que regem a pesquisa, extensão, ensino, democracia, autogestão etc., refletindo as necessidades de melhoria no dia-a-dia da instituição. A sua construção foi uma indicação da do Setor das IFES do ANDES-SN que deliberou reforçar, em setembro, a divulgação da pauta nacional de reivindicações - já encaminhada a todos os docentes - e a construção da pauta local.

Os professores estão sendo chamados a participar da iniciativa a qual está sendo divulgada pelos meios de comunicação da APESJF e por meio da lista de discussão.

As contribuições serão a base da elaboração da pauta local da UFJF, que será definida democraticamente em assembléia geral, a ser convocada na primeira quinzena de outubro, compondo o quadro de mobilizações do dia do professor.

Demonstrativos de Receitas e Despesas

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS		DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS	
JUNHO/2009		JULHO/2009	
RECEITAS	56.230,98	RECEITAS	56.233,17
FIXAS	53.581,70	FIXAS	53.728,68
Contr. Dos Sindicalizados	53.581,70	Contr. Dos Sindicalizados	53.728,68
VARIÁVEIS	2.542,45	VARIÁVEIS	2.436,26
Mens Ch Apes	0,00	Mens Ch Apes	0,00
Patrocínio	0,00	Patrocínio	0,00
Outras Receitas	0,00	Outras Receitas	0,00
Rendimentos Financeiros	2.162,45	Rendimentos Financeiros	2.056,26
Taxa de Administração	0,00	Taxa de Administração	0,00
Aluguel	380,00	Aluguel	380,00
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	0,00	RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	0,00
Venda Bem Ativo Permanente	0,00	Venda Bem Ativo Permanente	0,00
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	106,78	RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	68,23
Bar Apes	0,00	Bar Apes	0,00
Recuperação Baile	0,00	Recuperação Baile	0,00
Recuperação Despesas	106,78	Recuperação Despesas	68,23
DESPESAS	44.711,90	DESPESAS	54.191,15
RECURSOS HUMANOS	19.625,47	RECURSOS HUMANOS	21.683,46
EMPREGADOS COM VÍNCULO	11.583,01	EMPREGADOS COM VÍNCULO	13.312,29
13º Salário	0,00	13º Salário	0,00
Anuênio	1.215,77	Anuênio	1.018,32
Assistência Médica	60,06	Assistência Médica	30,03
Farmácia	0,00	Farmácia	0,00
Férias	271,52	Férias	2.155,92
Gratificação	1.362,46	Gratificação	1.409,40
PAT	0,00	PAT	1.065,00
Pls s/ folha	298,34	Pls s/ folha	107,45
Rescisões	0,00	Rescisões	0,00
Salários	7.894,61	Salários	6.940,81
Uniformes e Equip. Segurança	0,00	Uniformes e Equip. Segurança	0,00
Vale Transporte	480,25	Vale Transporte	595,36
ENCARGOS SOCIAIS	4.347,46	ENCARGOS SOCIAIS	4.676,17
F.G.T.S.	859,58	F.G.T.S.	974,72
I.N.S.S.	3.487,88	I.N.S.S.	3.701,45
ASSESSORIAS	3.695,00	ASSESSORIAS	3.695,00
Contábil	1.535,00	Contábil	1.535,00
Jurídica	2.160,00	Jurídica	2.160,00
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	301,92	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	0,00
Impostos e Taxas	301,92	Impostos e Taxas	0,00
Iptu	0,00	Iptu	0,00
DESPESAS FINANCEIRAS	1.302,00	DESPESAS FINANCEIRAS	1.223,40
Bancária	1.225,40	Bancária	1.223,40
Juros Passivos	76,60	Juros Passivos	0,00
INFRA-ESTRUTURA DA SEÇÃO SIND.	9.523,59	INFRA-ESTRUTURA DA SEÇÃO SIND.	12.072,60
Água Luz	0,00	Água Luz	0,00
Alimentação	66,82	Alimentação	190,71
Aluguel	0,00	Aluguel	0,00
Brindes	0,00	Brindes	0,00
Condomínio	253,81	Condomínio	257,81
Conservação e Reparos	0,00	Conservação e Reparos	0,00
Confraternização	0,00	Confraternização	0,00
Despesas Postais	488,30	Despesas Postais	1.414,05
Doações	1.000,00	Doações	0,00
Material de Consumo	75,68	Material de Consumo	0,00
Material de Escritório	281,04	Material de Escritório	67,50
Material de Limpeza	236,92	Material de Limpeza	263,04
Outras	3.903,72	Outras	6.188,08
Publicação	0,00	Publicação	0,00
Seguro	0,00	Seguro	0,00
Serv. Prest. Pessoa Física	1.966,30	Serv. Prest. Pessoa Física	1.910,12
Serv. Prest. Pessoa Jurídica	300,05	Serv. Prest. Pessoa Jurídica	821,41
Suprimentos p/ Informática	0,00	Suprimentos p/ Informática	0,00
Telefone/Fax/Internet	929,60	Telefone/Fax/Internet	945,88
Transporte	21,35	Transporte	14,00
Xerox	0,00	Xerox	0,00
COMUNICAÇÃO E IMPRENSA	0,00	COMUNICAÇÃO E IMPRENSA	0,00
Assinatura de Jornais Revistas	0,00	Assinatura de Jornais Revistas	0,00
PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	1.077,74	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	3.486,93
CONGRESSOS/CONADS/CONEDS	41,00	CONGRESSOS/CONADS/CONEDS	3.486,93
Passagens	41,00	Diárias	1.108,00
SETOR IFES	1.036,74	Passagens	2.388,93
Diárias	429,00	SETOR IFES	0,00
Passagens	607,74	Diárias	0,00
REPASSES	11.395,24	Passagens	0,00
Andes SN	11.395,24	REPASSES	15.294,74
Andes Mobilização	0,00	Andes SN	10.745,74
Andes Solidariedade	0,00	Andes Mobilização	250,25
Rateio Andes	0,00	Andes Solidariedade	429,82
REUNIÃO GTs	1.485,94	Rateio Andes	3.888,93
Diárias	0,00	REUNIÃO GTs	420,02
Hotel	0,00	Diárias	0,00
Passagens	1.485,94	Hotel	104,50
RESULTADO DO MÊS	11.519,03	Passagens	315,52
		RESULTADO DO MÊS	2.042,02

Infor mes

Sem-terra

A Sociedade Civil Organizada tem manifestado seu repúdio ao assassinato do sem-terra Elton Brum, 44 anos, morto com um tiro de calibre 12 pelas costas, no dia 21/08, durante ação da Brigada Militar na desocupação da Fazenda Southall, em São Gabriel, no Rio Grande do Sul.

Além de sua morte, houve ainda dezenas de feridos com estilhaços, espadas e mordidas de Cachorros.

A repressão deu-se no calor da onda de manifestações realizadas pelo MST, exigindo recursos e reforma agrária do governo Lula. A fazenda Southall estava ocupada desde 12/8 e sua desocupação é digna dos tempos mais sórdidos da ditadura militar brasileira, quando a luta pela vida e em defesa dos direitos dos trabalhadores e do povo era considerada crime.

CPI da dívida

A Câmara dos Deputados instalou, em 19/8, a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Dívida Pública, uma demanda antiga dos movimentos sociais e sindicais brasileiros. A CPI será presidida pelo deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), e vai investigar a dívida pública da união, dos estados e dos municípios, o pagamento de juros, amortizações e quais são os beneficiários.

Conlutas rechaça proposta de acordo sobre reajuste de aposentados

A Conlutas divulgou em 26/8 nota em que rechaça a proposta de acordo assinada entre governo e algumas centrais sindicais sobre o reajuste de aposentados e pensionistas. Essa proposta mantém o fator previdenciário e o arrocho salarial do setor

Aposentadoria

Está na página da APESJF a Nota Técnica da Assessoria Jurídica do ANDES-SN a cerca das repercussões do julgamento proferido no Mandato de Injunção nº 880 no qual o ANDES é co-autor.

A questão é de suma importância para aposentados e professores em vias de se aposentar já que se refere a um avanço na questão da contagem de tempo especial.

Como próximo passo, a Diretoria da APESJF vai se reunir com a assessoria jurídica do sindicato para discutir as providências a serem tomadas.

Dinheiro do REUNI já acabou, diz ministro

Os R\$ 2,5 bilhões destinados a financiar os quatro anos de implementação do Reuni já foram comprometidos nos dois primeiros anos do projeto e não há previsões de como o governo que tomará posse em 2010 arcará com a despesa oriunda desse crescimento desenfreado das universidades públicas, promovido pelo governo Lula.

Setor das IFES discute ataques do governo federal

Representantes de 22 seções sindicais estiveram presentes na última Reunião do Setor das IFES do ANDES-SN, realizada entre 21 e 23/08 em Brasília. No encontro, foram realizadas discussões e aprovados encaminhamentos com objetivo de dar seguimento às determinações do último CONAD. Os professores realizaram uma ampla análise de conjuntura sobre os efeitos da crise do capital e seus efeitos sobre o dia-a-dia das Universidades e do trabalho docente.

Ficou claro a necessidade de ampliar a divulgação da Campanha Salarial de 2009 para os docentes, nos órgãos colegiados das universidades, além da realização de audiências públicas nos estados e municípios, bem como no

parlamento. O docentes apontaram ainda a urgência em clarificar a discussão sobre a carreira docente, que vem sendo alvo de propostas do governo federal, vide tentativa de dar fim à Dedicção Exclusiva entre outras.

A reunião do Setor das IFES é também, frequentemente uma preparação dos docentes para a Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais.

A Plenária ocorrida no dia 22/08, com a participação de representantes do ANDES-SN, ASSIBGE-SN, FASUBRA, FEJAJUFE e SINASEFE, tratou de uma maneira geral dos ataques feitos pelo governo e as inúmeras dificuldades das categorias no estabelecimento de negociações salariais democráticas.

Com base nas propostas que o MPOG discutiu com a FASUBRA em 21/07, que dizem respeito a Associação Sindical, Negociação Coletiva e Direito de Greve, os servidores federais perceberam ser esta uma tendência de regulamentação de toda relação trabalhista para o conjunto dos SPFs. A indicação acertada entre as entidades presentes é de tentativa de participação da representação dos SPFs nessa mesa de negociação.

Em face dos ataques e dificuldades impostas pelo governo e visando fortalecimento para enfrentar esses desafios, foi discutida construção do seminário "Reorganização da CNESF e o Papel do Estado", ficando data e local a serem definidos pela CNESF.

Docentes indicam dia de paralisação

Durante a reunião do Setor, os docentes discutiram também os encaminhamentos do seu Plano de Lutas aprovado no 54º CONAD, com destaque para o Calendário de Mobilização pela Pauta de Reivindicações dos Docentes das IFES Campanha de 2009. Teve

destaque a luta contra a flexibilização do regime de DE (Dedicção Exclusiva) e contra qualquer forma de regulamentação deste regime que traga efeitos negativos para o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Para protestar contra estas investidas, os docentes

indicaram a realização de um dia de paralisação e a elaboração de um calendário de lutas tratando também da DE Ainda, a realização de um calendário de discussão sobre a carreira docente até o 29º Congresso do ANDES-SN, que se realizará em Belém, no início de 2010.

Calendário de Mobilização e ações aprovadas

Setembro

Ampliar a divulgação da pauta de reivindicações;
Finalização dos processos de construção das pautas locais;
Desenvolver processo de interlocução com o segmento de novos docentes;

De 14 a 18 de setembro Rodada de AGs
Reunião do Setor de 19 a 21 de setembro;

Outubro

Encontro para discutir a organização do Setor das Particulares nos dias 2, 3 e 4 de outubro e Encontro Intersetorial Salvador;
Seminário Nacional de Carreira de 06 a 08/10, em Montes Claros;
Dar continuidade ao trabalho voltado para a interlocução com os novos docentes;

Protocolização das pautas locais junto as IFES;
Realização de audiência com a presidência da ANDIFES;
Manifestação ao pleno da ANDIFES;

Demarcar o dia do professor com o desenvolvimento de uma jornada de valorização docente incluindo:

a) ampla divulgação de material de demarcação da data a ser produzido pelo ANDES-SN

b) realização de audiências públicas nos espaços legislativos

c) visita a órgãos de imprensa local

d) desenvolvimento de um ciclo de debates centrado em temas que problematizem a função social do trabalho docente: contribuição à ciência e tecnologia, as dificuldades para o exercício profissional, a política de desenvolvimento em curso, etc

Dia do professor com o desenvolvimento de manifestações internas e públicas no período de 14 a 16 de outubro;

Audiência pública no Congresso Nacional;

Manifestação no MEC;

Encontro de GTs da Secretaria Regional no Rio Grande do Sul em 23 e 24/10;

Ações para a mobilização contra a flexibilização da Dedicção Exclusiva.

Nota contendo o parecer inicial do Setor, os principais pontos que devem ser apreciados e as posições históricas do ANDES-SN;
Realizar Seminário Nacional;

Editar um Informantes especial;

Preparar cartazes sobre a importância e o perigo da flexibilização da DE;

Rodada de AGs para encaminhar ações referentes a DE e posteriormente reunião do Setor;

Buscar espaço na mídia, através do contato com articulistas(DE);

Agendar audiências públicas no Congresso nacional;

Seções Sindicais:

-Realização de seminários locais sobre o tema

-Cobrar o posicionamento dos conselhos superiores e reitorias

-Fazer articulação local para inserção do assunto na mídia.



Foto Júlio Vasques

Já estão à venda as mesas para o Baile do Professor. A festa será na AABB, no dia 17/10 e será animada pela banda Mosaico, com repertório que vai dos anos 50 aos hits atuais.

O valor, que dá direito a quatro lugares, é de R\$ 200,00 e pode ser dividido.

As reservas podem ser feitas pelo telefone
3215 1286

Regional Leste em Juiz de Fora

Diretor do ANDES denuncia ameaças à autonomia universitária

Em 28/08, o Prof. José Vitório Zago, 1º Tesoureiro do ANDES-SN, esteve na sede da APESJF abrindo os trabalhos da Reunião da Regional Leste do ANDES-SN. O professor falou sobre "O Trabalho Docente e as Relações Sindicais no Governo Lula", numa palestra que resumiu os ataques do governo federal à liberdade de organização sindical no Brasil.

Zago ressaltou a atuação do ANDES que não trabalha apenas a questão corporativa dos docentes das IES, mas discute o projeto de educação no país, defendendo uma universidade ligada à solução dos principais problemas enfrentados pela população e peça importante no processo de conquista da independência do país.

O professor destacou que a luta pela educação pública, de qualidade socialmente referenciada se iguala a lutas importantes como a

re-estatização da Vale e as lutas pela volta do caráter nacional da Petrobrás. Ele ressaltou que esse embate deve ter como alvo a manutenção da autonomia das Universidades, fato garantido na constituição, mas ligado diretamente à questão do financiamento. É nesse ponto que o governo tenta atropelar a autonomia das IFES ao não garantir os recursos necessários para que ela se dê plenamente, vide REUNI, que é exemplo claro, segundo Zago, de expansão sem a garantia do investimento correspondente.

"Inclusive, o governo acaba de anunciar que o dinheiro do REUNI já acabou", completou.

Ele apontou ainda a precarização das condições de trabalho nas IFES como consequência direta dessa política educacional. "O corpo docente tem adoecido por causas de sobrecarga de trabalho, e a contratação

de substitutos tem levado à precarização do ensino nas Universidades".

Em outra frente, o governo tem atacado o regime de DE, na tentativa de satisfazer o Tribunal de Contas da União, o qual tem estado atento ao grave problema das Fundações ditas de apoio. Como o Tribunal declarou ilegal que o professor em Regime de Dedicção Exclusiva receba qualquer outro complemento salarial, o governo federal quer acabar com o regime, transformando-o em uma gratificação. "É justamente o professor DE que tem as condições necessárias para a realização, ensino/pesquisa/extensão e autogestão nas universidades". No vasto rol dos ataques, Zago comentou ainda a questão da carreira: nas progressões do Ensino Básico e Tecnológico, a questão da titulação perdeu força, o que para ele é um equívoco.

Ainda Bresser Pereira

Durante a palestra, o Zago afirmou que o desmonte do estado está inserido em meio a toda a problemática das relações sindicais no governo Lula. "A Reforma Bresser Pereira continua ainda que com a forte resistência dos Movimentos Sociais que tentam barrar a criação das Fundações Estatais de Direito Privado, o ataque ao Regime Jurídico Único e a reforma da previdência, que está no centro de toda a reforma".

No meio a tudo isso, há a interferência do governo no movimento sindical. Um exemplo é a

lei das centrais sindicais que determina o repasse de parte do imposto sindical para as Centrais, com o apoio da CUT, "justamente essa central que nasceu combatendo a estrutura sindical vigente". Outro ponto é a tentativa de interferir no modo com o Servidor Público se organiza, com a criação de sindicatos fantasmas, geridos em gabinetes - vide Proifes -, além de outras táticas que visam enfraquecer os sindicatos, como o desmembramento de bases e as tentativas de estabelecer sindicatos por empresas.

APESJF 31 Anos

A APESJF comemora os seus 31 anos inaugurando o espaço cultural de sua sede no campus da UFJF. A festa vai ter a apresentação do Grupo de Dança da UFJF com a apresentação da instalação de movimentos "Rasa", no dia 11/09, às 19hs na sede do sindicato..

Foto Dannel Goulart



Professor José Vitório Zago fala durante abertura da Regional Leste

Plano de Saúde

Jurídico da APESJF estuda portaria nº 3

Está na Assessoria Jurídica da APESJF a Portaria Normativa nº 3, que trata sobre o auxílio do governo no pagamento de plano de saúde privado aos Servidores Públicos Federais.

A portaria, publicada no D.O.U. de 31/07, abre caminho para que os professores das federais, que tenham plano de saúde privado, recebam até R\$65,00 por mês, durante o período de julho a dezembro

deste ano, passando para R\$72,00 a partir de janeiro de 2010. Os valores são extensivos aos dependentes.

A Diretoria da APESJF e a Comissão de Saúde têm acompanhado a questão e agora estão na expectativa do parecer da Assessoria Jurídica que analisa o alcance da portaria em relação aos servidores da UFJF.

A portaria poderá ser baixada em www.apesjf.org.br

CONAD mostrou necessidade de ampliar a luta

O 54º CONAD, realizado no período de 16 a 19 de julho de 2009, na cidade de Curitiba/PR, com a participação de 55 seções sindicais, 50 delegados, 100 observadores e 01 convidado, ocorreu num momento em que o Sindicato comemora uma grande conquista, não só para a categoria, mas para toda a classe trabalhadora brasileira: o restabelecimento de seu Registro Sindical. O encontro deixou claro a necessidade de ampliação da luta, buscando a união dos trabalhadores para enfrentar a crise, a defesa da educação pública e dos direitos sociais

Nos debates sobre a conjuntura, mereceram destaque: o restabelecimento do Registro Sindical do ANDES-SN; o aprofundamento da crise do capital e o avanço das propostas que descaracterizam o projeto de universidade defendido pelo Movimento Docente, corroborando as análises que o Sindicato vem fazendo.

Foi reafirmada a estratégia de luta pela construção do socialismo como horizonte estratégico, que deve orientar as lutas das organizações da classe trabalhadora e da nova central sindical e popular que se está construindo, que precisa ser feito na perspectiva da unidade na luta e do internacionalismo, fortalecendo a independência da classe trabalhadora.

Os docentes decidiram que o ANDES-SN deverá somar todos

os esforços para barrar a reforma universitária que tramita no Congresso Nacional, convocando todos os docentes para o combate ao modelo privatizante e mercantil embutido nessa proposta de reforma. Para tanto, é tarefa urgente articular as entidades sindicais, acadêmicas, estudantis e os movimentos sociais para definir eixos comuns em defesa da educação pública (com base no PNE - proposta da sociedade brasileira), que possam subsidiar a construção de jornadas nacionais de luta em 2009.

Deliberou-se buscar a rearticulação da Frente de Luta contra a Reforma Universitária e discutir, especialmente com o movimento estudantil combativo, as formas de enfrentamento para impedir a aprovação da reforma universitária, que ameaça seriamente a educação superior pública no país.



Mesa de reabertura do 54º CONAD



Docentes debatem temas do encontro

Seminário vai discutir carreira

Entre os objetivos aprovados no encontro está a efetivação do Seminário Nacional sobre a Carreira Docente no Setor das Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES), em outubro de 2009, nas

dependências da Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes.

Outra deliberação é a organização de um banco de dados acerca dos PCCS, Malha Salarial e Pautas de Reivindicações nas

IEES/IMES, a fim de subsidiar a luta em defesa da Carreira Única do ANDES-SN para os docentes das Instituições de Ensino Superior (IES) e para a construção de pauta unificada para o Setor.

Encontro nacional vai debater IPES

O CONAD deliberou também a realização do Encontro Nacional do ANDES-SN sobre o Ensino Superior Privado nos dias 2, 3 e 4/10 em Salvador-BA, com

ampla convocação interna e convites a outras entidades representativas e sindicais do setor privado, tendo como temas o Ensino Superior Privado e o Fortalecimento da

organização do Setor das Instituições Particulares de Ensino Superior (IPES) no ANDES-SN. Este Encontro será seguido do III Encontro Intersetorial do ANDES-SN.

Foto ANDES

Foto ANDES

Em defesa do regime de Dedicção Exclusiva

O 54º CONAD reafirmou a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão como princípio básico para a garantia de um padrão unitário de qualidade, ao mesmo tempo em que se posicionou contrário a quaisquer iniciativas governamentais que descaracterizem o Regime de Trabalho de Dedicção Exclusiva e que inviabilizem a implantação do modelo de universidade defendido pelo Movimento Docente, o qual se fundamenta na geração de um conhecimento socialmente referenciado.

Rearticular o movimento

Os docentes reunidos no 54º CONAD indicaram que o sindicato deve insistir na rearticulação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, advertindo para a amplitude dos ataques que estão sendo desferidos à concepção de Educação Pública, historicamente defendida pelo ANDES. Ataques desferidos, em especial, pelo PL 4221/04 dentro da contra-reforma universitária em tramitação no Congresso Nacional.

Outro ponto importante, foi indicar a organização, em conjunto com outras entidades do Fórum Nacional da Escola Pública FNDEP, o 6º CONED, a ser realizado em 2010, com a finalidade de atualizar o "PNE: proposta da Sociedade Brasileira" e encaminhar ao Congresso Nacional, em contraponto ao plano do Governo Federal.

Quanto ao ENEM, os docentes decidiram denunciar a farsa da proposta do MEC da adesão voluntária das IES públicas ao "novo ENEM" evidenciando a falta de um amplo debate nos fóruns democráticos instituídos nas IES e na sociedade. Condenaram ainda as conseqüências desta dinâmica que modifica a concepção do próprio ensino médio, que passa a

Foram rejeitados também os termos da Minuta de Portaria do MEC que flexibiliza a Dedicção Exclusiva para os docentes das universidades federais. O 54º CONAD deliberou ainda por denunciar publicamente as manobras contidas nas medidas do governo para a legalização das irregularidades praticadas pelas fundações privadas ditas de apoio, denunciadas há pelo menos duas décadas pelo ANDES-SN e recentemente apontadas por irregularidades pelo Tribunal de Contas da União.

assumir definitivamente um caráter propedêutico e elitizante.

Os docentes decidiram ainda a organização, no âmbito das Secretarias Regionais, com apoio das Seções Sindicais, se possível em conjunto com a FASUBRA Sindical, de um ciclo de debates sobre o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), proposto pelo MEC. Tal evento deve ser preparatório ao debate nacional, a ser desenvolvido em conjunto com essa entidade no segundo semestre de 2009. Foi aprovado ainda que as seções sindicais implementem ações, como seminários e debates em defesa da produção científica e tecnológica nacional, lutando pela revogação da Lei nº 10.973/04, que trata da Inovação Tecnológica.

O 54º CONAD, após intenso debate, deliberou pela não participação do ANDES-SN na organização da Conferência Nacional de Educação, já que em meio a este conjunto de ataques frontais à educação pública, o governo Lula tenta iludir a sociedade brasileira com um simulacro de democracia ao convocar o tal fórum

Contra a expansão sem investimento

De acordo com as decisões do 54º CONAD, o ANDES-SN deverá continuar denunciando e combatendo o uso do ensino a distância na formação inicial, pelo cunho reducionista e de aligeiramento dos processos formativos. O encontro apontou o uso dessa modalidade de ensino como estratégia dos governos para promover a expansão do acesso ao ensino superior com redução de investimentos, seguindo determinações dos

organismos multilaterais de financiamento, com o objetivo de atender aos interesses dos empresários da educação.

Os docentes afirmaram ainda que a crítica ao uso indevido dessa ferramenta não pode, todavia, ser confundida com a negação do seu uso enquanto instrumento de interação à distância para a difusão da informação.

Como parte do processo de desmonte da Universidade Pública,

e visando facilitar a atuação das instituições mercantis de ensino superior, o governo federal busca acentuar o rebaixamento da formação também na pós-graduação, através do Mestrado Profissional, de iniciativa do MEC/CAPES, evidenciando assim um esforço para desconstituir as estruturas de pesquisa e de produção de conhecimentos já alicerçados nas universidades brasileiras.

Pela responsabilização do estado

O 54º CONAD também se ocupou de definir ações efetivas no combate às medidas adotadas ou propostas que visam à privatização e a desobrigação do Estado para com a educação pública, que se expressam na retomada da tramitação e discussão

no Congresso Nacional dos vários projetos que tratam da Reforma Universitária, do REUNI e do novo ENEM entre outros.

Os docentes das instituições públicas e privadas, organizados no ANDES-SN, tiveram seu plano de lutas atualizado

com definições importantes para a luta pela valorização do trabalho docente e contra toda forma de precarização das condições de trabalho, apontando a necessidade de ampliar a discussão a respeito da carreira docente.

Seminário discutiu nova entidade

Um dos destaques do CONAD foi a realização do seminário "Construindo uma nova organização classista para a luta dos trabalhadores", em que se discutiu a construção de uma nova entidade, que seja autônoma e independente em relação ao Estado, aos patrões, às instituições e aos partidos políticos; contrária à cobrança de qualquer taxa compulsória, capaz de unificar e fortalecer as lutas do campo sindical e popular.

Visando trabalhar pela construção desta entidade, o 54º CONAD deliberou pela participação do ANDES-SN no seminário nacional a ser organizado pela CONLUTAS, Intersindical e demais movimentos sociais que participam do processo de reorganização da classe trabalhadora, previsto para outubro de 2009.

A participação do Sindicato Nacional deverá ser balizada pela reafirmação do combate ao imposto sindical e aos

demais elementos da estrutura sindical vigente, além do combate intransigente a todas as formas de submissão das organizações da classe trabalhadora aos patrões, aos governos e aos partidos.

Além disso, o ANDES-SN, deve também defender a mais ampla democracia de classe e o combate intransigente à burocratização, ao cupulismo, ao corporativismo e ao economicismo sindical.

Reformas educacionais na globalização

Professor Lourival Batista de Oliveira Júnior

Em recente entrevista ao Jornal Folha de São Paulo o economista Martin Carnoy provocou um tsunami ao apresentar diversas propostas de mudanças nos métodos e práticas educacionais. O interessante é que o receituário do economista conseguiu desagradar às hostes tanto de esquerda quanto de direita. Em minha opinião o grande mérito de Carnoy não se concentra nas suas propostas, mas sim na sacudida do marasmo que os debates em relação à educação vinham recebendo na imprensa. Como pontos positivos das intervenções de Carnoy podem ser levantados a relevância da clara definição dos objetivos dos sistemas educacionais, o papel dos gestores e fundamentalmente a centralidade da atividade docente. Todavia, o maior pecado do economista, e nós economistas normalmente pecamos nesta seara, foi a reverência ao autoritarismo como meio de resolver o problema. Neste sentido, podemos afirmar que Carnoy foi mais feliz em outros momentos quando apresentou um interessante quadro analítico das reformas educacionais.

A meu ver, em termos de políticas públicas em geral e em particular as relativas à educação, não se pode aceitar a visão da existência de um único caminho; a história ensina que existem várias escolhas que são feitas pelos povos das diversas nações, todas elas com seus ônus e seus bônus. Mesmo as políticas inspiradas e instigadas pelo processo de globalização não são executadas igualmente pelos diversos países, e as estratégias empregadas nessas políticas, equivocadas ou acertadas, em regra, são as responsáveis pela permanência ou saída do subdesenvolvimento sócio-econômico.

As mudanças pelas quais passou a política educacional brasileira não estão isoladas do observado no restante do mundo. A posição ideológica dominante nos últimos anos norteou propostas e implementações de reformas nas mais diversas partes do globo. Muitas das políticas observadas internamente, ou melhor, as reformas aqui observadas, possuem um desenho internacional similar, e seguem um discurso e uma preocupação ideológica comum, embora com especificidades locais. De qualquer forma, pode-se afirmar que as reformas relativas às questões de política educacional foram fortemente condicionadas pelas mudanças observadas no capitalismo mundial nas últimas décadas, particularmente nos anos noventa.

No quadro analítico de Carnoy relativo às reformas educacionais observadas nas últimas décadas foi estabelecida uma tipologia muito interessante e como toda a classificação, ela deve ser encarada apenas como uma tentativa de enquadramento dos diversos casos específicos em padrões gerais observáveis. Assim, uma mesma reforma pode conter elementos comuns a mais de uma categoria. De um modo geral as reformas educacionais recentes podem ser divididas em três grandes tipos básicos, a saber: 1) reformas fundadas na competitividade, 2) reformas fundadas nos imperativos financeiros, e 3) reformas fundadas na equidade.

As reformas fundadas na competitividade trabalham com as demandas de qualificações no mercado de trabalho. Aparentemente, estas reformas acabam sendo levadas a cabo, em regra, por países de primeiro mundo (ou estão na órbita de preocupação destes países).

Estas reformas estão calcadas, basicamente, na questão do aumento da produtividade e estão estreitamente ligadas à dinâmica capitalista dos países mais desenvolvidos. Destarte, escolher, ou dar ênfase neste tipo de reforma, significa criar condições para a expansão do produto. Observe-se que, quando é afirmado que este tipo de reforma normalmente é desenvolvida por países de primeiro mundo, está se ressaltando a noção de estratégia e de projeto nacional que estes países possuem. Como a questão do aumento de produtividade é vital para a estratégia competitiva destas nações, muitas vezes elas "passam por cima" das restrições financeiras, e fazem surgir recursos suplementares que acabam beneficiando os vencimentos de professores e a expansão da educação em todos os níveis de ensino.

Neste tipo de reforma existem estratégias que, muitas vezes, significam a redução de custos pela sua racionalização. Sem embargo, o que em última instância se persegue é o aumento da produtividade e para isso os investimentos estão sempre garantidos.

As reformas movidas pelos imperativos financeiros têm, em última instância, o objetivo de reduzir os gastos com a educação. Elas se assemelham às reformas fundadas na competitividade, na medida em que procuram aumentar a produtividade dos trabalhadores, e, portanto, tentam tornar mais eficaz a exploração dos recursos disponíveis. Mas, à diferença da motivação da competitividade, estas reformas orientam-se primordialmente pela redução dos gastos públicos com a educação, e por isso acabam escolhendo estratégias poupadoras de recursos públicos. Essas reformas são típicas de países de terceiro mundo, ou então, de nações desprovidas de estratégias de desenvolvimento autônomo. Em muitos casos, organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) ou o Banco Mundial, valem-se de seu "prestígio" técnico e de seu potencial de financiamento para induzir ou impor este tipo de reforma. Estas reformas centram-se basicamente em três estratégias: 1) a transferência do financiamento público da educação do nível superior para o nível inferior; 2) a privatização do ensino secundário e superior; e 3) a redução do custo, por aluno, em todos os níveis de ensino.

O último grande grupo das reformas educacionais são as reformas fundadas na equidade. O objetivo básico desta modalidade reformista seria o aumento da igualdade das possibilidades econômicas. O argumento principal para a realização destas reformas é o de que, na maioria dos países, a escolarização (e sua qualidade) é um fator primordial para a determinação salarial e do status social.

Para finalizar estas considerações de forma sintética podemos afirmar que a era FHC se notabilizou por viabilizar as reformas movidas por imperativos financeiros a partir da mudança do quadro institucional valendo-se da nova LDB e dos vetos ao Plano Nacional de Educação. No governo Lula, apesar do não rompimento com o estilo de reforma anterior, observa-se a presença de alguns elementos de reformas orientadas pela equidade embora com diversos equívocos conceituais. A demonstração destas afirmações é possível, mas merece e necessita de mais outras linhas que serão usadas em outra oportunidade.

